“Somos uma instituição pública de Serviço Público que ambiciona acrescentar valor ao setor agrícola

Fernando Martins é licenciado em Agronomia pelo Instituto Superior de Agronomia (1989) e exerce funções de Diretor Regional da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro desde dezembro de 2018.

Com uma carreira profissional desenvolvida em vários serviços desta instituição, conhece bem as agriculturas da vasta região que a Direção Regional engloba. São seis distritos: Viseu, Castelo Branco, Coimbra, Leiria, Aveiro e Guarda, ocupando uma superfície de 23 700 km², 26,6 % do território do continente. A região evidencia uma enorme diversidade agrícola e rural, o que também constitui uma das suas maiores potencialidades. Ultrapassar as dificuldades de mão-de-obra em algumas atividades, rejuvenescer o setor e fomentar a criação de valor são linhas identificadas como prioridades para a agricultura da região. Foi este o contexto que serviu de base a esta Entrevista, em que ficámos a conhecer melhor a visão desta instituição para o futuro.

Apesar de já integrar a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC), com que sentimento assumiu o cargo de Diretor Regional?

Com espírito de missão e com a ambição de contribuir para acrescentar valor ao setor, isto é, contribuir para que os produtores sejam remunerados de forma justa e digna pelo seu trabalho. A visão da nossa organização é *criar valor ao serviço da agricultura e das pescas* e propomos concretizá-la através da proximidade aos agricultores e demais agentes do setor, dando resposta aos seus problemas e aos seus anseios, pois só isso justifica a nossa existência como serviço público. O grande desafio que se coloca à agricultura da região é aumentar o valor acrescentado gerado pelo setor, através de uma agricultura moderna e competitiva, num contexto de sustentabilidade económica e ambiental e, em última análise, de coesão territorial.

Enquanto representantes setoriais da administração desconcentrada do Estado, a nossa missão é dar expressão às orientações político-institucionais que permitam promover a competitividade dos sistemas agrícolas que competem em mercados abertos cada vez mais concorrenciais e exigentes nas suas múltiplas dimensões. E, tão importante quanto a dimensão empresarial, importa também garantir a sustentabilidade sócio económica de áreas muito significativas do nosso território que, não tendo condições de produzir de forma competitiva, são indispensáveis para a ocupação e sustentabilidade ambiental dos territórios. Recentemente, foram lançados importantes instrumentos de política orientados para esta dimensão. Refiro-me aos Estatutos da Agricultura Familiar e do Jovem Empresário Rural e, na mesma lógica, à Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica.

Estas são as linhas estratégicas da nossa atividade, que ambicionamos melhorar, sobretudo no âmbito da execução dos instrumentos financeiros de política agrícola, como é o caso do PDR2020, do MAR2020 e do VITIS, garantindo eficácia na aplicação dos fundos públicos e a sua disponibilização atempada aos agricultores.

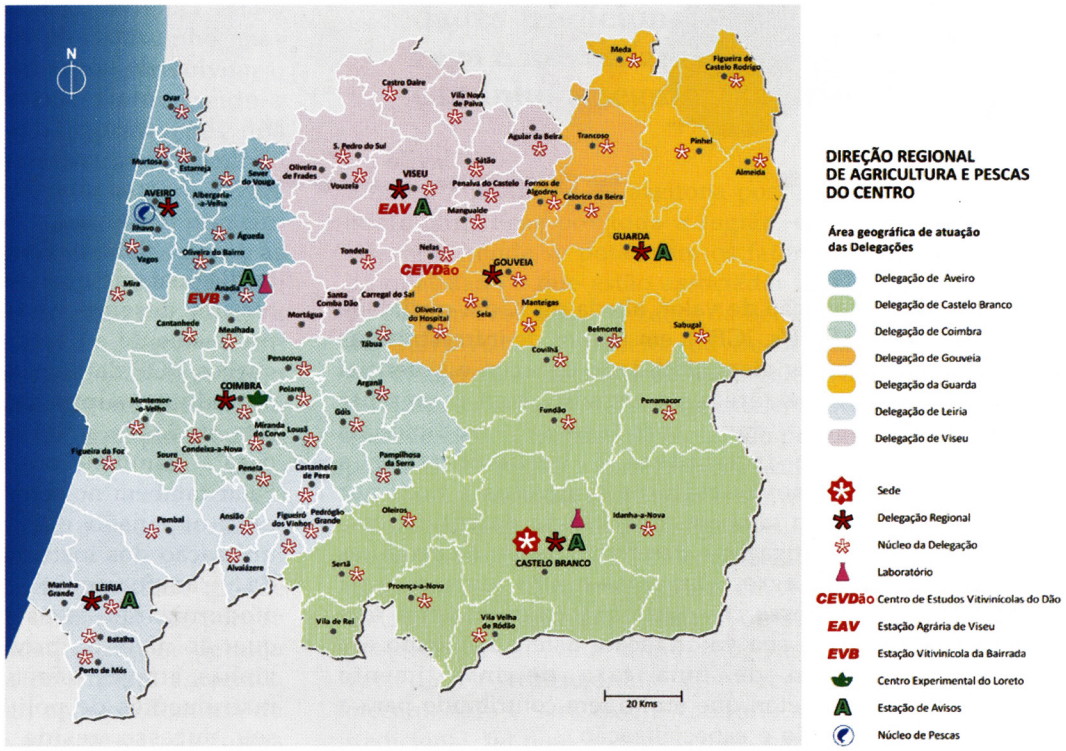
Sendo uma Direção Regional que engloba seis distritos, como é que os serviços estão organizados?

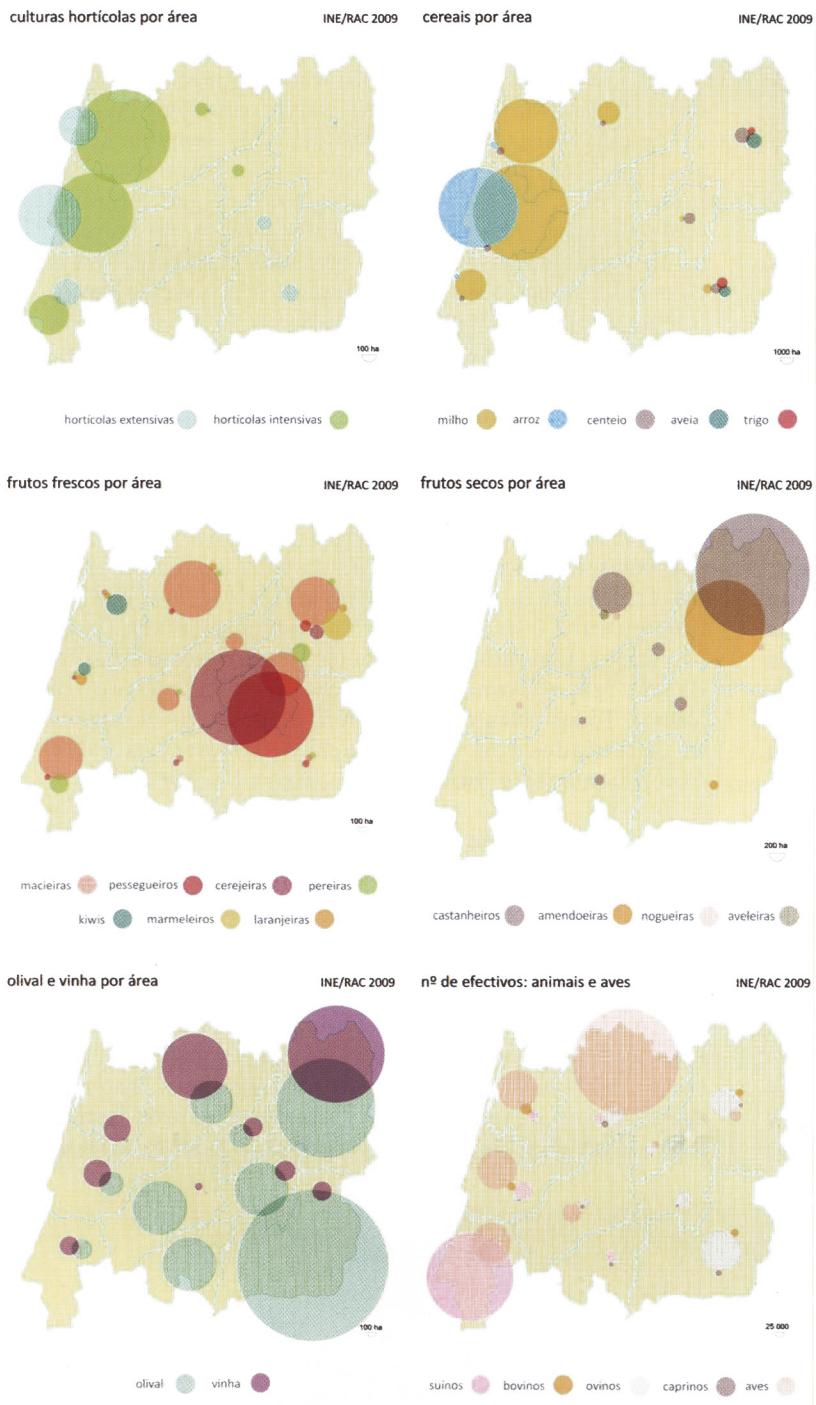
Os serviços da DRAP Centro são constituídos por uma estrutura nuclear com quatro direções de serviço que se suportam em dezasseis divisões técnicas. Paralelamente temos uma estrutura desconcentrada, com apoio de maior proximidade, constituída por sete Delegações Regionais, uma por cada sede de distrito e ainda em Gouveia, delegações que, por sua vez, são apoiadas por núcleos concelhios.

No caso do apoio ao investimento, que é uma área bastante relevante, contam-se quatro divisões: Aveiro, Coimbra, Guarda e Viseu. Para além das áreas de apoio ao investimento e ao controlo dos instrumentos de política a Direção Regional desenvolve um conjunto vasto de atividades no domínio do apoio à agricultura, como são os casos dos avisos agrícolas, da proteção das culturas, da formação profissional, dos aproveitamentos hidroagrícolas, dos produtos tradicionais de qualidade, do apoio à constituição de organizações de produtores, do licenciamento da atividades pecuárias e agroindustriais, entre outras, para além de serviços de proximidade, de que destaco as salas de parcelário. Contamos ainda com algumas infraestruturas de apoio à experimentação e divulgação na área da vitivinicultura (Centro de Estudos Vitivinícolas do Dão, em Nelas, e Estação Vitivinícola da Bairrada, em Anadia) da fruticultura (Estação Agrária de Viseu) e da horticultura e arroz (Centro Experimental do Baixo Mondego, Unidade Experimental do Loreto e Bico da Barca, respetivamente em Coimbra e Montemor-o-Velho). Todas estas estruturas têm a missão de promover as atividades de investigação, desenvolvimento, experimentação e inovação em curso no setor.

Entrando no mundo agrícola desta vasta região, que pontos fortes e fracos podem ser identificados?

Como referido anteriormente, a grande diversidade regional proporciona também situações muito díspares nas cadeias de valor das diversas atividades do setor agroalimentar. Eu identificaria como principal ponto forte da região a grande diversidade do território, com condições edafo-climáticas muito diferentes, que proporcionam um vasto número de atividades, sistemas de produção e produções. Assim, por exemplo, temos uma grande diversidade de produtos pecuários com »





“As principais fragilidades do setor são antigas e de natureza estrutural, nomeadamente a insuficiente dinâmica associativa, a reduzida dimensão física e económica das explorações e uma estrutura etária dos produtores muito envelhecida

potencial de criação de valor, aliada ou não a qualidade diferenciada (DOP's, IGP's); em termos de infraestruturas de regadio temos disponibilidade de água e potencial para aumentar as áreas de regadio, com a inerente rentabilização das produções tradicionais (nomeadamente fruticultura e horticultura) e a introdução de novas culturas (amêndoa e noz, por exemplo); relevo também a existência de entidades e núcleos de investigação e desenvolvimento de produtos no domínio do agro- alimentar muito relevantes na região e o interesse crescente que os municípios têm demonstrado na sua valorização. Este dinamismo é o reflexo também de uma taxa de investimento significativa no setor, que muito tem contribuído para a sua modernização e especialização.

As principais fragilidades do setor são antigas e de natureza estrutural, nomeadamente a insuficiente dinâmica associativa (apesar de estar a chegar ao setor uma nova geração com uma diferente perspetiva neste domínio), a reduzida dimensão física e económica das explorações e uma estrutura etária dos produtores muito envelhecida (apenas 7% dos nossos agricultores têm menos de 40 anos). Relevaria ainda dois aspetos importantes em que é possível fazer progressos significativos: uma maior e mais eficaz ligação entre os sistemas científico e empresarial, com a consequente transferência de conhecimento, e o desenvolvimento dos instrumentos existentes relativos à mitigação dos riscos à atividade produtiva em face da previsível ocorrência de condições climatéricas extremas. São matérias que têm suscitado grande preocupação, sendo que o Governo tem apostado na ampliação da rede de Centros de Competências, criou os Laboratórios Colaborativos e tem vindo a apoiar os Grupos Operacionais, instrumentos fundamentais no processo de transferência de conhecimento.

A consolidação de produtos de referência na área da fruticultura, como é o exemplo da cereja, do pêssego e do kiwi e o aparecimento de novas culturas como os pequenos frutos e mais recentemente os frutos secos, são exemplo das potencialidades de que dispomos na região, a par dos produtos mais tradicionais, como milho, arroz e hortícolas, associados às áreas de regadio.

Relevo ainda a importância das produções tradicionais de qualidade, onde os queijos têm vindo a ter um desempenho notável. Neste momento, está precisamente a decorrer um projeto de fileira para os queijos DOP da Região Centro com objetivo de valorizar o produto e suprir algumas das principais lacunas que esta atividade ainda encerra e que muito importante é para a manutenção e dinamização dos territórios.

Falar também no setor da vitivinicultura, que tem tido uma expansão e evolução notável, seja pela boa utilização dos instrumentos de política, quer ao nível da transformação (criaram-se novas adegas e modernizaram-se as existentes através do PDR2020), quer ao nível da produção, com a reestruturação das vinhas, através sobretudo do programa VITIS, um dos instrumentos de política com melhores resultados. O seu sucesso reside em grande parte no regime

“ O VITIS é um dos instrumentos de política com melhores resultados

simplificado de apoio que o torna muito atrativo. Desde o seu início, na Região Centro, o programa apoiou a reconversão de 1293 hectares de vinhas, abrangendo 939 produtores e 13,8 milhões de euros de ajudas públicas. É interessante constatar que a fileira está a organizar-se não só em torno do produto vinho, mas também na comunicação de marcas que envolvem o enoturismo, a gastronomia e a cultura, no fundo a essência e genuinidade das várias produções dos territórios vitícolas. Esta é aposta certeira e o caminho inteligente para a criação de valor para o setor. É devida e merecida uma palavra de reconhecimento, em primeiro lugar aos produtores, porque acreditaram no setor, às Comissões Vitivinícolas Regionais pela orientação que estão a imprimir, ao extraordinário trabalho da nova geração de enólogos, à conjugação de esforços entre políticas públicas e investimento privado, envolvendo o turismo, as autarquias e a promoção externa numa dinâmica virtuosa que deve servir de exemplo a outros setores.

Tocámos em vários setores, mas qual o que tem mais peso?

Não há propriamente uma área de atividade que se sobreponha às outras com grande evidência, até porque a região tem uma grande diversidade. Trata-se de uma região onde a predominância da policultura associada às explorações de matriz familiar, com predomínio da pequena exploração tem vindo a decrescer de forma acentuada, com algum abandono. Não ignoramos essa realidade. Paralelamente, verifica-se uma tendência para uma crescente especialização das orientações técnico económicas: atividade pecuária (bovinos de leite e pequenos ruminantes), avicultura (frangos de carne e galinhas poedeiras), suinicultura, fruticultura, viticultura, cereais (milho e arroz) e horticultura. Aguardamos pelos resultados do recenseamento agrícola que agora se vai iniciar para podemos quantificar esta realidade. A vinha, a fruticultura, os cereais, sobretudo milho e arroz, a par da avicultura e suinicultura intensiva, são setores mais ou menos equivalentes em termos de valor, a que se segue a hortofloricultura. Emergem agora novas atividades e culturas que não tinham grande expressão e que já hoje apresentam uma dimensão significativa. É o caso dos pequenos frutos, sobretudo o mirtilo, que futuramente poderão vir a ser economicamente marcantes para a região, dependendo em grande parte da capacidade para se organizarem e consolidarem. Uma outra atividade em expansão recente é a produção de amêndoa e, de uma forma geral, dos frutos secos. É um mercado em franca expansão, resultado sobretudo das alterações dos hábitos de consumo e daquilo que lhes está imputado em termos de alimentação saudável. Estas iniciativas estão essencialmente a ser lideradas por operadores externos à região. Nota-se, contudo, já algum efeito de "arrasto", pois estão já a ser apresentadas propostas de investimento (no âmbito do PDR) por parte de outros agricultores, nomeadamente para amêndoa.

Não posso deixar de fazer uma menção particular à cereja, uma das estrelas da fruticultura da região, e sobre a qual tem sido feito um interessante trabalho de marca territorial, com os notáveis resultados que todos reconhecem.

“ (No olival) Há projetos de alguma dimensão, instaladas com as variedades tradicionais com recurso a rega e mecanização e será esse o caminho a seguir

E o olival?

Embora a produção de azeitona possua boas condições edafo-climáticas por toda a região, existem manchas relevantes onde se potenciam os fatores determinantes da qualidade e que estão associadas às Denominações de Origem Protegida. "Azeites da Beira Interior", "Azeite da Beira Alta" e "Azeite da Beira Baixa" e, mais recentemente, a azeitona de mesa galega da beira baixa reconhecida como IGP. Pela sua excelente qualidade, quer o azeite, quer a azeitona de mesa, são produtos de grande potencial na região e com imagem firmada em mercados externos, contudo continua assente em pequenas e médias explorações exploradas no sistema tradicional, o que lhe condiciona a sua competitividade. No olival não temos grande expressão em termos de novas instalações em sistema intensivo ou superintensivo. Há projetos de alguma dimensão, instaladas com as variedades tradicionais com recurso a rega e mecanização e será esse o caminho a seguir. O olival tradicional, tal qual o conhecemos, para poder subsistir, »